

-----ATA NÚMERO 24/2014-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM DOZE DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E
CATORZE.**-----

-----Aos doze dias do mês de junho do ano dois mil e catorze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, com a presença da Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e dos Senhores Vereadores: Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, Dr. Domingos Manuel Martins Rodrigues, Dr. Paulo Alexandre de Atougua Aveiro, Dra. Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Dra. Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Eng. Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e Dr. Artur Alberto Fernandes Andrade. A secretariar esteve presente o Dr. Rui Emanuel Sousa Abreu, diretor do Departamento Administrativo.-----

---Presentes, ainda, os Senhores Dr. Luis Miguel Castro Rosa e Eng. João José Sales Fernandes Correia, que substituem, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º, da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Senhores Vereadores José Manuel de Sousa Rodrigues, do CDS/PP e Engº João José Nascimento Rodrigues, do PSD, respetivamente.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a

reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - O Senhor Presidente iniciou este período, propondo a alteração do horário da próxima reunião pública, a realizar no dia vinte e seis do corrente mês, para as dez horas, devido ao jogo de futebol da Seleção Nacional, que terá início às dezassete horas, sendo transmitido, em direto, na Praça do Município, tendo merecido a concordância de toda a Vereação.--

----- - De seguida interveio a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, para prestar algumas informações relativamente às questões colocadas na passada reunião.-----

---Em relação aos estacionamento no prédio à Rua 5 de Outubro, referiu que ainda não foram entregues por faltar a propriedade horizontal;-----

---Quanto ao problema das fissuras no edifício do autossilo do Campo da Barca, informou que foi efetuada visita ao local, e que será feita uma vistoria técnica e correspondente relatório;-----

----Sobre o trânsito na Rua da Escola Hoteleira, disse que o arruamento foi construído por um privado e que a obra ainda não foi entregue;-----

---Relativamente à ponte D. Manuel I, esclareceu que não está

prevista, nesta primeira fase da obra, a demolição daquela ponte, não havendo informação quanto à segunda fase;-----

----- - O Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, e sobre esta última questão, referiu que os muros da ribeira irão ser reconstruídos. Por isso, em sua opinião, a ponte poderia ser desmontada e de novo reconstruída. -----

----- - Por sua vez, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, opinou que a referida ponte, se ainda não está, deveria ser classificada.-----

-----Prosseguindo, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, disse ser a favor da classificação, sendo contudo de realçar os trabalhos arqueológicos que têm sido executados no decorrer destas obras.-----

----- - Intervindo, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, e relativamente ao Gabinete de Mediação Familiar, referiu a impossibilidade da sua instalação no edifício onde funciona os Julgados de Paz, atendendo a que aquele espaço está demasiado sobrelotado com vários serviços, dando como exemplo a Educação Especial e a formação de professores da DRERH. Informou ainda que o espaço ocupado pelos Julgados de Paz não permite a partilha dos Serviços de Mediação Familiar, que necessitam de duas salas. Chamou a atenção para o facto de este protocolo que a Câmara Municipal do Funchal estabeleceu em dezembro de 2008, ter sido anterior ao estabelecido para os Julgados de Paz (julho de 2009) tendo os executivos municipais do

PSD tido bastante tempo para encontrarem um espaço físico a ele adstrito, mas que não o fizeram em cinco anos e meio. Referiu que não se compreende bem agora a pressa em fazê-lo em menos de um ano, quando não o fizeram nesse referido espaço de tempo. Informou igualmente que recebeu alguns dados que revelam que o volume de pedidos para a Mediação Familiar é ainda diminuto. Por outro lado, reconheceu que é uma valência importante e que, por essa razão, esta vereação continua aberta a encontrar um espaço para este fim, assim como está a tentar estabelecer parcerias que efetuem este tipo de apoio em alguns bairros sociais, a título de voluntariado. Salientou ainda o grande apoio que a Autarquia dá aos Julgados de Paz e à Comissão de Proteção de Menores, tanto a nível financeiro, como logístico e operacional.-----

----- - O Senhor Vereador do CDS/PP, Luis Miguel Rosa, disse que resulta da lei o apoio das Câmaras Municipais.-----

----- - A Senhora Vereadora Madalena Nunes replicou que o apoio que esta Câmara Municipal dá não decorre só do que está estipulado na lei. Ultrapassa bastante a mera cedência de instalações, três salas alugadas só para este efeito, abrangendo ainda o apoio a tempo inteiro e parcial com vários funcionários e técnicos, assim como um suporte logístico considerável. -----

-----Continuando na sua intervenção, o Senhor Vereador Bruno Pereira, disse querer registar que estes dois serviços resultaram duma vontade política expressa dos executivos anteriores do PSD.-

----- - Retomando a palavra, o Senhor Vereador Luis Miguel Rosa,

do CDS/PP, sugeriu que o Gabinete de Mediação Familiar fosse instalado numa das salas junto ao Tribunal de Família e Menores, que, ao que julga saber, terá novas instalações, depois de, naturalmente, ser contactado o Ministério da Justiça.-----

----- - O Senhor Vereador Domingos Rodrigues, intervindo, e relativamente à questão colocada na anterior reunião pelo Senhor Vereador João Rodrigues, sobre a atualização das taxas urbanísticas, disse que as mesmas foram atualizadas de acordo com o estipulado no Regulamento Municipal, pela taxa de inflação.-----

----- - O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, a este propósito, disse ter certas dúvidas se o assunto não deveria ser presente à reunião para efeitos de deliberação. Mesmo que assim não fosse, em seu entender, deveria haver uma informação para que a Vereação tomasse conhecimento.-----

----- - O Senhor Vereador Miguel Gouveia, sobre a relação dos imóveis da Câmara Municipal do Funchal desocupados, assunto também abordado na passada reunião, disse que o referido relatório está a ser elaborado.-----

----- - Fazendo a sua intervenção, o Senhor Vereador do PSD, Paulo Atouguia, referiu ter tido conhecimento que houve substituição de alguns artistas, ao inicialmente anunciado, que atuariam no “Festival Funchal Jazz”. Mostrou a sua preocupação na qualidade e tradição que este evento, ao longo dos anos, conquistou.-----

----- - Sobre esta questão, respondeu o Senhor Presidente dizendo que há a substituição de um músico, não ficando minimamente afetada a qualidade do festival.-----

----- - Seguidamente, usando da palavra, a Senhora Vereadora do PSD, Vanda de Jesus, fez a seguinte intervenção: “Em relação às feiras no Jardim Municipal e Rua das Pretas, fui contactada pela Associação dos Dirigentes Sociais e Culturais da Região, manifestando a sua desaprovação pelo facto da feira, que fora retirada da zona do Almirante Reis, no ano passado, ter passado para a Rua das Pretas a fim de dinamizar o local. No entanto, segundo dizem, nota-se muito pouca aderência de pessoas. Também o Largo da Restauração foi cedido a uma determinada associação, para a realização duma feira. No que respeita à feira da Rua das Prestas, não faz qualquer sentido tê-la no local, atendendo a que os feirantes queixam-se que não conseguem vender os seus artigos. Acho que a Câmara deveria disponibilizar outro local para o efeito”.-----

----- - Em relação a este assunto, o Senhor Presidente respondeu que o “feedback” que a Autarquia tem é exatamente ao contrário, do ponto de vista dos comerciantes. Talvez, na perspetiva dos feirantes, faltem atrativos, que sirvam de “chamariz”, para promover essas mesmas feiras. A Câmara não gostaria de abandonar a ideia da feira na Rua das Pretas, o que pretende é melhorar o formato da mesma.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor vereador da CDU, Artur

Andrade, e sobre o mesmo assunto, disse que segundo informação dos feirantes é-lhes imposta a obrigatoriedade de venderem na Rua das Pretas para poderem fazê-lo, também, no Jardim Municipal. No entanto, segundo dizem, não conseguem vender nada nesse local.-----

----- - O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, opinou que há uma certa teimosia na solução deste problema. Disse existirem outros espaços na cidade, dando como exemplo, a Praça de Colombo. Em seu entender, deveriam ser instaladas, com a devida autorização, esplanadas na Rua das Pretas, por exemplo, para dinamizar aquela área.-----

----- - Retorquindo, o Senhor Presidente referiu que a teimosia passa pela dinamização daquela Rua.-----

----- - Por sua vez, o Senhor Vereador Luis Miguel Rosa, do CDS/PP, referiu que a Rua das Pretas é zona urbana. Que, em sua opinião, existem outras formas de animação, sem serem as feiras.--

-----Prosseguindo no uso da palavra, este mesmo Vereador, colocou vários assuntos:-----

--- - Alertou para a falta de limpeza em certas ruas/caminhos fora do centro do Funchal, nomeadamente nas Ruas dos Barreiros, Virtudes, Caminhos de Santo António, Pilar e zona do Lido, questionando se existe algum problema nos serviços competentes;-

--- - Deu conta da descoordenação dos semáforos na Avenida do Mar, mormente entre as passadeiras para peões a norte e sul;-----

---Sobre esta questão, a Senhora Vice-Presidente, Idalina

Perestrelo, esclareceu que a semaforização será objeto de revisão após a conclusão das obras da frente mar.-----

--- - Referiu a inexistência, no Museu de História Natural, de um taxidermista, que tem levado a que muitos animais não sejam expostos.-----

---O Senhor Presidente, a este propósito, disse haver um projeto, já da vereação anterior, para requalificação do Museu que não será abandonado. Que a Câmara espera contar com as verbas de fundos europeus para concretizá-lo.-----

----- - Intervindo de novo, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, colocou outras questões, que se enunciam:-----

--- - Proteção dos animais do concelho do Funchal – disse que o assunto deveria ser agendado o que não aconteceu, nem foi apresentada a proposta de alteração redigida. Disse, também, desconhecer se já teria havido a reunião com as diversas Associações e por essa razão apresentará, novamente, esta matéria à reunião camarária;-----

---O Senhor Presidente respondeu que a reunião terá lugar na segunda-feira, e perante as sugestões que venham a ser apresentadas, o assunto será agendado para a próxima semana.---

--- - Valores do IMI cobrados em 2013 – Manifestou que gostaria de ter acesso aos valores do IMI que foram cobrados em dois mil e treze, referentes ao ano de dois mil e doze;-----

--- - Monitorização da central de esgotos do Gavinas – Questionou se já existiam dados novos, relativamente ao que aconteceu junto

ao Gavinas, dizendo haver uma empresa responsável, com contrato celebrado com a Câmara, e que deverá ser responsabilizada;-----

--- - Obras na Estrada Monumental – Abordou, novamente, os problemas advindos das obras da ciclovia na Estrada Monumental, questionando se já haveria alguma solução;-----

---O Senhor Presidente informou que os serviços do Departamento de Obras Públicas e os respectivos empreiteiros foram ao local a fim de analisar a situação. Disse que, gostaria que as mesmas fossem concluídas no mês de agosto, mas terá algumas dúvidas que tal venha a acontecer, pois há o problema de compatibilização de duas obras e empreitadas diferentes.-----

---Em relação à mesma questão, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, referiu que houve um problema com o sentido do início das duas obras, a ciclovia e o saneamento básico que provocou todo este atraso. Informou que a Câmara assumira o compromisso com os comerciantes de minimizar os prejuízos e incômodos provocados.-----

--- - Mosquitos “Aedes Aegypti” – Disse que gostaria de saber se, com a chegada do Verão, existe algum plano de intervenção para combate aos mosquitos “Aedes Aegypti”, atendendo a que houve uma candidatura ao Intervir +;-----

---O Senhor Presidente esclareceu que a candidatura inicial não fora aprovada. Haverá uma nova campanha de sensibilização através dos Departamentos de Ciência e de Educação. Será também colocado sal, que já foi adquirido, nas adufas, bem como a

monitorização através das armadilhas.-----

---O Senhor Vereador do PSD, João Correia, sobre esta matéria, opinou que deveria haver uma coordenação com a IASAUDE, portador de um boletim semanal entomológico.-----

--- - Isenção do IMI das unidades hoteleiras – Perguntou se a Câmara tem conhecimento, em concreto, das empresas que beneficiam da declaração de utilidade turística, os prazos e condições das mesmas, sendo, em sua opinião, muito importante para as receitas da Autarquia, o que é necessário que a CMF faça o levantamento das situações.-----

---- - Medicina no Trabalho na Câmara Municipal do Funchal – Alertou para a importância da medicina no trabalho, considerando que em alguns setores, os trabalhadores estão muito sensíveis à contração de doenças, existindo situações de risco que devem ser prevenidas. Lembra que a CMF está obrigada legalmente a ter um serviço de medicina no trabalho;-----

---O Senhor Vereador Miguel Gouveia informou que está sendo, nesta altura, elaborado o caderno de encargos, quer a este nível, quer ao nível da avaliação de riscos.-----

--- - Condições de trabalho no Cemitério de São Martinho – Chamou a atenção para as más condições que os funcionários, adstritos ao Cemitério de São Martinho possuem, designadamente, ao nível do refeitório e balneários.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia

e pela sequência nela prevista, bem como do assunto nela aditado, ao abrigo do estatuído no artigo décimo primeiro do Regimento das Reuniões, constatada a urgência de tomada de deliberação sobre o mesmo:-----

1 – PROTOCOLO:-----

----- - **Protocolo de Colaboração entre o Município do Funchal e Sons de Pérola Unipessoal, Lda.**: - Acompanhada da minuta do respetivo protocolo, foi presente a seguinte proposta de deliberação:-----

---“Considerando que: A) A “Sons de Pérola Unipessoal Lda.” (SONS DE PÉROLA) concebeu, projetou e realizou, com enorme êxito os festivais de música «SUMMER CLOSING», «SUMMER OPENING» e «WINTER FEST», os quais se realizaram, respetivamente, em setembro de 2012, julho de 2013 e dezembro de 2013; B) Das primeiras edições destacaram-se a presença de artistas/grupos nacionais e madeirenses na área da música de renome como Aurea, Amor Eletro, David Fonseca, Boss Ac, Sétima Legião, Joana Machado, Carminho e Moonspell. C) Estas primeiras edições dos festivais «SUMMER OPENING» e «WINTER FEST» foram responsáveis pela divulgação da Cidade do Funchal por toda a região e por todo o país, com mais-valias significativas; D) A projeção nos diversos meios de comunicação social, tanto nas redes sociais como na imprensa regional e nacional, fez com que fossem publicadas inúmeras notícias sobre a Cidade do Funchal; E) A segunda edição do festival «SUMMER OPENING» vai realizar-

se na última semana de julho; F) Tendo em consideração a relevância deste festival para a promoção e divulgação do nome e da imagem da cidade do Funchal, para a população do município e até a nível turístico, é do interesse da Câmara Municipal do Funchal garantir a realização deste evento por mais uma edição, a realizar no presente ano de 2014; G) A segunda edição do «Summer Opening» tem, assim, entre os seus principais objetivos, a promoção e a divulgação do nome e da imagem da nossa cidade; H) Com estes objetivos, é do interesse da Câmara Municipal do Funchal apoiar, através da sua coprodução, a realização, nos próximos dias 25 e 26 de julho, desta edição do «Summer Opening» em 2014, no Parque de Santa Catarina, onde se realizaram as anteriores edições; I) Por outro lado, o impacto e a relevância económica da realização do evento para a cidade do Funchal, nomeadamente no setor do comércio e turismo, são essenciais para a dinâmica da cidade; J) Importa pois, concretizar os termos e as condições em que se irá realizar a edição de 2014 do «Summer Opening», pelo que tenho a honra de propor que a Câmara delibere: i) Aprovar a Minuta de Protocolo a celebrar entre o Município do Funchal e a SONS DE PÉROLA, em anexo a esta proposta e que dela faz parte integrante, nos termos do disposto nas alíneas o), u) e ff) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro”.

---O Senhor Vereador Paulo Atougua, do PSD, disse concordar com esta proposta, contudo na cláusula segunda não está

contabilizada a taxa de ocupação do Parque de Santa Catarina, bem como os custos dos Bombeiros e da cedência das barreiras metálicas. Deverá, também, em sua opinião, ser incluída na fundamentação o cartaz deste ano.-----

---O Senhor Vereador do CDS/PP, Luis Miguel Rosa, disse estar de acordo com o Senhor Vereador Paulo Atouguia-----

---O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, deu também a sua concordância, acrescentando que deve ser junto, como anexo, o cartaz deste ano.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade, ficando a minuta de protocolo a fazer parte desta ata como anexo (A).-----

2 – CONTRATO DE COMODATO:-----

----- - **Contrato de Comodato entre o Município do Funchal e a Associação “Centro de Apoio aos Sem-Abrigo”**: - Presente deliberação, que abaixo se transcreve, acompanhada da minuta do Contrato de Comodato que dela faz parte:-----

---“Considerando que: O C.A.S.A. “CENTRO DE APOIO AOS SEM ABRIGO”, nasceu fruto da iniciativa e inspiração de Pema Wangyal Rinpoche, Presidente Honorário, é uma entidade de solidariedade social, constituída por escritura pública a 19 de julho de 2002. Entre os seus objetivos fundacionais destaca-se a prática do BOM CORAÇÃO e a prática da BONDADE, como promoção humana e desenvolvimento integral da dignidade de todas as pessoas que se encontrem em situações de vulnerabilidade. Na sua trajetória de ação social, assume um triplo compromisso: Apoiar todas as

peças necessitadas; Identificar situações típicas de pobreza e precariedade em grupos sociais vulneráveis; Participar ativamente no processo de inclusão social deste grupo populacional. Neste âmbito, o C.A.S.A. assume como missão promover a paz e proteger os direitos humanos em todas as suas dimensões e trazer progresso social através do desenvolvimento de ações de ajuda humanitária aos níveis individual, familiar, comunitário e da sociedade que se concretiza pela garantia do direito à saúde, serviços médicos, educação, apoio socioeconómico, psicológico, alimentar, vestuário e alojamento em especial à população sem-abrigo e em geral a outros grupos sociais desfavorecidos (crianças e jovens em risco, mulheres, população idosa, pessoas vítimas de violência doméstica, imigrantes, minorias étnicas, toxicodependentes, alcoólicos, ex-reclusos e em particular as pessoas sem-abrigo) independentemente da sua nacionalidade, religião, política ou etnia, podendo ser de âmbito nacional ou internacional. O conceito de sem abrigo, aplicado pelo C.A.S.A., é o adotado por Portugal e aprovado pelas entidades que fazem parte do Grupo Interinstitucional e elaborado com base nas categorias operacionais da tipologia proposta pela FEANTSA (European Federation of National Organisations Working with the Homeless), considerando-se pessoa sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de

emergência, com paradeiro em local precário, ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito. O conceito de "família desestruturada" tem vindo a designar, nos meios da intervenção social / ação social, as famílias onde pelo menos um dos seguintes fatores está presente: desemprego, reclusão, alcoolismo, toxicodependência, violência doméstica, deficiência mental, estrutura monoparental com recursos insuficientes para fazer face à gestão da vida e desordem pessoal proveniente da pobreza e exclusão social, ou ainda, avós responsáveis por netos e tantas outras configurações que compõem núcleos que podem fugir do idealizado por esta sociedade. O C.A.S.A. desde a sua criação tem vindo a desenvolver atividades em diversos domínios de intervenção, nomeadamente: Confeção e Distribuição de refeições quentes e embaladas; Distribuição de Cabazes Alimentares (e artigos de higiene, de limpeza etc...) a famílias carenciadas e desestruturadas; Distribuição com regularidade de vestuário, calçado, cobertores, sacos cama, e artigos de higiene; Articulação com Juntas de Freguesia para providenciar instalações para banhos e higiene para os sem-abrigo; Disponibilização de serviços de uma equipa de acompanhamento especializado pertencentes ao quadro dos voluntários inscritos na associação, com o objetivo de apoiar as pessoas em situação de vulnerabilidade ao nível: Da resolução de problemas de saúde, com o apoio de médicos, médicos dentistas, enfermeiros, terapeutas e psicólogos; Da prospeção e integração de alojamento, através da

articulação e cooperação com outros serviços; Da melhoria da situação económica e social, através do apoio à inserção no mercado de trabalho; Do apoio social, numa vertente biopsicossocial do indivíduo, passando pela promoção e restauração das redes sociais e familiares; Do apoio psicológico, procurando melhorar a auto estima e valorização individual e profissional; Do apoio jurídico, fornecendo informações úteis de âmbito judicial e legal; Realização e promoção de vários eventos solidários e de angariação de fundos, como por exemplo a realização anual dos Almoços de Natal, em parceria com diversas entidades patrocinadoras; Realização de reuniões periódicas com as Câmaras Municipais, Instituto de Segurança Social, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Juntas de Freguesia e outras organizações com desenvolvimento de intervenções junto da população sem-abrigo; Visitas a centros de acolhimento da população sem-abrigo; Participação em eventos, conferências e congressos, a nível nacional e no âmbito da problemática dos sem-abrigo; Realização de ações de formação nos domínios da toxicodependência, alcoolismo e patologias psicossociais, junto dos voluntários que colaboram no C.A.S.A., nas cidades de Lisboa, Porto, Funchal e Setúbal e participação no Programa “Estágios Profissionais”. A Delegação da Região Autónoma da Madeira iniciou a sua Ação social, no Funchal, junto dos sem-abrigo, em agosto de 2008, fornecendo refeições quentes e embaladas na Rua do Carmo, em meados de 2010 passou para os arredores do Mercado e em

2013 para o Campo da Barca. Atualmente (desde fevereiro de 2014) estas refeições são distribuídas no “Mercado dos Lavradores” espaço cedido pela Câmara Municipal do Funchal. Apoia atualmente, mensalmente, 350 famílias carenciadas, o que perfaz 1480 pessoas e conta com cerca de 115 voluntários. É inegável o interesse que a existência desta instituição tem para o desenvolvimento sociocultural da comunidade onde se encontra integrada, instituição que não dispõe de sede própria na RAM; A administração de bens imóveis das entidades públicas compreende a sua conservação, valorização e rendibilidade, tendo em vista a prossecução do interesse público e a racionalização dos recursos disponíveis, de acordo com o princípio da boa administração, sendo a cedência de utilização, uma dessas formas de administração; O comodato, porque contrato gratuito conforme definido no artigo 1129.º e seguintes do Código Civil, reveste uma forma de apoio à estrutura regional do C.A.S.A.; A Câmara Municipal, no uso da competência consagrada na alínea o) do n.º 1, do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera: 1. Aprovar a minuta do contrato de comodato a outorgar com a Associação “CENTRO DE APOIO AOS SEM ABRIGO”.-----
---A Senhora Vereadora Vanda de Jesus referiu que a posição do PSD é positiva, devendo as atividades serem acompanhadas, para que não verifique duplicações de apoios com outras entidades. Chamou, ainda, a atenção para o facto de não estar escrito no contrato de comodato a que se destina exatamente o espaço a ser

concedido a esta Associação.-----

---Sobre este assunto o Senhor Vereador Bruno Pereira referiu que esta informação deverá constar no contrato. -----

--- - Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade, ficando a respetiva minuta de contrato a fazer parte desta ata como anexo (B).-----

3 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:-----

----- - **Aquisição de serviços de acesso a plataforma eletrónica “Vortalgov” - parecer prévio:** - Perante o respetivo processo (refª 19/D.C.P.), a Câmara deliberou, por unanimidade, dar parecer prévio favorável à celebração de contrato de aquisição de serviços de acesso a plataforma eletrónica “Vortalgov”, pelo valor estimado de € 5.280,00 (cinco mil duzentos e oitenta euros).-----

4 - PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO “URB’ ART”: - Na sequência da deliberação de treze de março findo, sobre o Programa em epígrafe referenciado, e face ao perecimento do Senhor Professor Celso Caires, nomeado para integrar o júri do respetivo programa, o Senhor Presidente propôs para sua substituição o Senhor Doutor Duarte Miguel Faria da Encarnação, apresentando, para tal, o seu currículo académico e artístico.-----

--- - Colocado à votação, foi aprovado, por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD. -----

---A Senhora Vereadora Vanda de Jesus justificou o seu sentido de voto, dizendo não ser pelo júri ou a pessoa, mas devido ao projeto em si.-----

5 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- - Proposta de Resolução da CDU, intitulada “Adesão do Município do Funchal à Rede de Cidades Amigas das

Crianças”: - O Senhor Vereador Artur Andrade fez a apresentação da proposta, que se transcreve:-----

---“A iniciativa designada como “Cidades Amigas das Crianças” foi inicialmente lançada em 1996 com o objetivo de dar resposta e implementar a resolução das Nações Unidas denominada “HABITAT II”. Esta iniciativa tem como um dos vetores principais a criação de um movimento global de cidades com o objetivo primordial de desenvolver planos de ação para as crianças através da colaboração entre governos, municípios, comunidades, todos eles trabalhando em conjunto para gerar ideias inovadoras que permitem salvaguardar e fazer viver os direitos de todas as crianças e jovens cidadãos. Pretende-se, assim, promover processos de planeamento e implementação de boa governação, encorajando em primeiro lugar a participação das crianças quer na vida familiar, quer na comunitária e social, o acesso a serviços básicos como os cuidados de saúde, a educação, o abrigo/habitação, a proteção contra todas as formas de abuso, exploração, violência e tráfico, a criação de espaços verdes e de lazer dotados de equipamentos apropriados e adaptados às faixas etárias mais baixas, entre outras vertentes, procurando, no essencial, garantir que as crianças vivam como cidadãos de pleno direito, sem discriminação de idade, género, etnia, origem cultural,

religião ou deficiência. Alguns pilares básicos tem que ser considerados, passando pelo fomento e promoção da participação das crianças na tomada de decisões que lhes dizem diretamente respeito, a definição de uma estratégia abrangente, com uma estrutura de coordenação que desenvolva ações de sensibilização para os direitos das crianças, a definição de uma parcela do orçamento camarário para garantir a concretização de diversos projetos dirigidos às crianças, a elaboração de relatórios periódicos sobre o “Estado das Crianças da Cidade”, assegurando o acompanhamento e recolha de dados concretos sobre o cumprimento dos direitos das crianças. Assim, a Câmara Municipal do Funchal delibera que: 1.º- O Município do Funchal encete os contactos necessários (por exemplo, com o Secretariado do Programa, com o Comité Português da UNICEF e outras entidades e organismos com competência pratica nesta área) com o objetivo de solicitar a adesão do Funchal à rede das “Cidades Amigas das Crianças”; 2.º- Seja criada uma equipa multidisciplinar que possa conceber um projeto de programa de atividades e iniciativas a ser aprovado posteriormente em sessão da Vereação da Camara Municipal do Funchal”.

---O Senhor Presidente pronunciou-se sobre a proposta, dizendo que a mesma constava do programa eleitoral da Mudança.

---A Senhora Vereadora Madalena Nunes reiterou as palavras do Senhor Presidente, porque também tem a ver com a participação das crianças na vida da cidade. Disse, no entanto, que esta rede

está um pouco em “standby” e que os contactos já foram feitos.-----

---O Senhor Presidente referiu que, ao que parece, esta rede está desativada. O princípio é válido, pelo que poderia ser incluída nas Redes das Cidades Educadoras. Informou que a Câmara irá manter os contactos com a Rede, mas não sabe quais os resultados práticos da mesma.-----

---Tomando a palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, disse achar interessante que a Mudança concorde sempre com os princípios das propostas da Oposição, mas depois arranja sempre argumentos para não as aprovar.-----

---Intervindo, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, fez uma observação relativamente à aprovação, feita em fevereiro, na Assembleia Municipal, do Conselho Municipal de Juventude, dizendo que nada foi feito até agora, pelo menos que tenha conhecimento. Deixou o seu repúdio por esta situação, sendo inclusive um desrespeito pelo órgão que o aprovou.-----

---O Senhor Presidente informou que irá ser executado e cumprido aquilo que foi deliberado.-----

--- - Colocada a proposta à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- - **Proposta de Resolução da CDU, intitulada “Criação do Gabinete Municipal de Acompanhamento do Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020”**: - Foi apresentada, pelo Senhor Vereador Artur Andrade, a seguinte Proposta de Resolução:-----

---“O Plano de Desenvolvimento Económico e Social Regional para o período 2014-2020, comumente designado por “Compromisso Madeira@2020”, define um conjunto de objetivos e desafios, abrindo a possibilidade de recorrer ao novo quadro comunitário e aos financiamentos disponíveis para fazer face às necessidades de intervenção em áreas essenciais, que permitam um desenvolvimento sustentado da cidade do Funchal. Trata-se de potencialidades e de possibilidades que podem e devem ser cabalmente exploradas e aproveitadas pelo Município do Funchal. A reabilitação urbana é reconhecida como uma das vertentes e um dos aspetos essenciais e fundamentais para o futuro das nossas cidades e comunidades. A reabilitação de áreas urbanas degradadas, das zonas históricas, dos primeiros núcleos de expansão do povoamento e crescimento da cidade, dos bairros sociais, a renovação e requalificação de equipamentos de uso público, de redes de abastecimento de água ou redes de esgotos, entre outros aspetos, constituem-se como fatores decisivos para um desenvolvimento mais equilibrado, contribuindo, também, para fomento da atividade económica e para a criação e dinamização do emprego. Por outro lado, as alterações ambientais com todos os efeitos associados, a sucessão de intempéries que tem assolado a Região, com particular incidência no Concelho do Funchal, os incêndios que tem atingido vastas áreas florestais (muitas delas protegidas) e, em alguns casos, descido até zonas habitacionais, a necessidade de uma intervenção consistente ao nível do

ordenamento do território, da salvaguarda e proteção de pessoas, bens e haveres, exigem a concretização de intervenções planificadas e de projetos específicos para fazer face aos diversos cenários que nos são colocados. A defesa e proteção do ambiente nas suas mais variadas vertentes, a modernização dos métodos e equipamentos de tratamento de águas residuais, a gestão da água potável, do seu armazenamento e distribuição, constituem matérias onde são necessários projetos viáveis e investimentos adequados. Em muitos outros domínios e sectores de atividade existem potencialidades para a dinamização de propostas e projetos suscetíveis de gerarem mais-valias económicas, sociais, culturais, entre outras. O desenvolvimento empresarial, uma aposta mais consistente em algumas das denominadas atividades tradicionais (por exemplo, agricultura, florestas e artesanato), a promoção da formação profissional e do emprego, da inclusão social e de combate a todas as formas de violência e de discriminação, constituem vertentes para as quais é possível obter financiamentos para a concretização de um conjunto alargado de projetos que permitiriam atingir patamares mais elevados de desenvolvimento sustentável e dinâmicas positivas aos mais diversos níveis com influência direta no bem-estar e desenvolvimento social e humano dos cidadãos. Assim, a Câmara Municipal do Funchal delibera proceder a criação do “Gabinete Municipal de Acompanhamento do Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020”, que, também, funcionaria como instrumento de apoio

e cooperação/colaboração com as diversas entidades e instituições privadas que pretendessem apresentar projetos candidatáveis a fundos comunitários, sendo a sua tarefa prioritária a implementação de todos os mecanismos necessários para a formalização das candidaturas, o seu desenvolvimento, preparação e encaminhamento dos “dossiers” relativos aos diversos projetos, assumindo-se assim como um instrumento capaz de responder às especificidades técnicas e tramites para a formalização dos projetos e uma forma de dispor de um efetivo conhecimento da evolução das diversas fases de concretização dos mesmos”.-----

---Tomando a palavra, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, disse que lhe parece importante que, internamente, a Câmara tenha uma equipa de trabalho para acompanhar o Quadro Comunitário de Apoio.-----

---Referiu, no entanto, que há outras entidades externas que têm as competências, que são propostas, pelo que não vê uma mais-valia na proposta.-----

---Usando da palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, fez saber o trabalho exaustivo que foi realizado pela anterior vereação e com todos os serviços internos da Câmara Municipal do Funchal.-----

---Nesse sentido informou que existe o Gabinete de Controlo e Gestão que faz este acompanhamento, havendo também empresas privadas de gestão e consultadoria, que têm competências nesta matéria, que, em sua opinião, funcionam bem.-----

---Porque o trabalho já existe, referiu que o sentido de voto do PSD é o de abstenção.-----

---O Senhor Vereador do CDS/PP, Luis Miguel Rosa, referiu que, sem prejuízo da Câmara ter um gabinete com estas competências, que já existe, também entende que os privados podem desempenhar funções deste tipo, e por isso não concorda com a proposta.-----

---O Senhor Presidente interveio, manifestando estar de acordo com uma equipa interna, mas mantém a posição.-----

--- - Colocada à votação, foi rejeitada com a abstenção do PSD e CDS/PP e votos contra dos Vereadores da Mudança.-----

6 – EMPRESAS MUNICIPAIS:-----

----- - **Designação de representante do Município do Funchal na Assembleia Geral da SOCIOHABITAFUNCHAL – Empresa Municipal de Habitação, E.M.:** - Foi aprovada, por unanimidade, a deliberação do seguinte teor:-----

---“Considerando que: O regime jurídico da atividade empresarial local e das participações sociais, aprovado pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, estatui que as Empresas Locais dispõem, obrigatoriamente, de uma Assembleia Geral; Em conformidade com o disposto no nº2, do artigo 26º, da Lei 50/2012, de 31 de agosto e na alínea oo), do nº1, do artigo 33º, do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal designar o representante do Município na assembleia geral das empresas locais. A Câmara

Municipal do Funchal delibera, em cumprimento dos normativos acima referidos e ao abrigo do disposto no n.º1, do artigo 16.º, dos Estatutos da “SOCIOHABITAFUNCHAL - Empresa Municipal de Habitação, E.M.”, designar como representante do Município do Funchal na Assembleia Geral desta empresa local, a Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes. A Senhora Vereadora ora designada não auferirá qualquer remuneração pelo exercício das respetivas funções”.-----

---A Senhora Vereadora Madalena Nunes não participou na discussão e votação desta deliberação.-----

---Nesta altura, o Senhor Vereador Paulo Atouguia, do PSD, ausentou-se da sala não participando da apreciação e votação do assunto que se segue.-----

UTILIZAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL BALTAZAR DIAS: -

Relativamente ao pedido solicitado pelo Marítimo da Madeira TV, Unipessoal, Lda. (proc.º 21981/14), para a cedência do Hall do Teatro Municipal no dia treze do corrente mês, destinado à realização da cerimónia de entrega de prémios do concurso de talentos d’ A Próxima Estrela, bem como a isenção de taxas, num montante de € 500,00 (quinhentos euros), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar com base na informação do Departamento Jurídico (ref.ª 108/DJ/2014).-----

---A presente deliberação é, ao abrigo do disposto no número três do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e do número três do artigo vinte um do

Regimento das Reuniões, aprovada em minuta para a produção de efeitos imediatos.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, diretor do Departamento Administrativo, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----

NOTA: Ata publicitada pelo Edital nº 152/2014, publicada nos locais de estilo